

# CHEGA DE ENROLAÇÃO!

## REPOSIÇÃO JÁ!

- *Governo retira direitos e barra reposição salarial*
- *Servidores apontam paralisações, atos e greves*
- *Centrais convocam protesto nacional no DIA 29*

## ASSEMBLEIA GERAL DIA 23 - às 14h



Truculência no Paraná



Protesto em São Paulo



Chuva de 'dinheiro' em Brasília



Paralisação em Pernambuco

### Agenda:

Sintrajud devolve imposto sindical - Pág. 2  
STF ataca oficiais de justiça - Pág. 3.  
Entidades repudiam autoritarismo no TRE - Pág. 3  
Greve de professores desafia a repressão - Pág. 8

21/5 – Assembleia setorial JT (13h, Fórum Ruy Barbosa)  
23/5 – Assembleia Geral (14h, sede do Sintrajud)  
29/5 – Paralisação Nacional  
4 a 7/6 – 2º Congresso Nacional da CSP-Conlutas

# Sintrajud devolve Imposto Sindical descontado pelo governo

O servidor também pode contribuir doando esse recurso para o fundo de greve até 20 de junho

Mais uma vez, todos os trabalhadores brasileiros serão obrigados pelo governo federal a pagar o Imposto Sindical. O Sintrajud é contra, por entender que as entidades sindicais devem manter-se apenas com a contribuição voluntária de seus filiados. Por isso, como parte da campanha contra a cobrança, o devolve integralmente a todos os servidores os 60% do confisco que lhe são repassados por força normativa.

Embora o desconto nos salários aconteça no mês de março, a devolução ocorrerá a partir do dia 20 de julho – isso em razão do prazo do repasse dos recursos e listagens encaminhados pelos tribunais e posterior desmembramento, conferência e efetivação dos cerca de 6 mil depósitos realizados pelo sindicato.

## Fundo de Greve

Durante o período de devolução, o sindicato dá a oportunidade para os servidores de doarem o valor para o Fundo de Greve. Arrecadar doações para um fundo de greve é tradição do movimento sindical combativo, pois o recurso é importante para custear a infraestrutura necessária à mobilização. Para doar, o servidor deve preencher o termo de renúncia e doação em formulário no site [sintrajud.org.br](http://sintrajud.org.br) até o dia 20 de junho.

Caso não o faça, o depósito será realizado, mas é necessário que os dados bancários do servidor estejam atualizados no cadastro da entidade. A atualização pode ser feita também no site do Sintrajud, [www.sintrajud.org.br](http://www.sintrajud.org.br).

**Para que o depósito seja realizado, é necessário que os dados bancários do servidor estejam atualizados no cadastro do sindicato**

**Atenção para o prazo de Cadastramento**



## Centrais atreladas ao governo não devolvem o Imposto

De 2010 para cá, a arrecadação com o Imposto Sindical destinado às centrais foi de R\$ 682 milhões. As entidades que receberam mais recursos são CUT (Central Única dos Trabalhadores), que obteve R\$ 216,1 milhões no período, e a For-

ça Sindical, com R\$ 192,5 milhões.

A Fenajufe não recebe a parte que lhe caberia do imposto sindical, também por decisão congressual. A CSP-Conlutas (Central Sindical e Popular), da qual o Sintrajud faz parte, também não recebe a parte que lhe caberia do imposto.

## Ideias

Um espaço para a livre expressão de opinião

### Srs. Ministros do STF: Deixem nossos mortos em paz

Nós, Oficiais de Justiça, assistimos perplexos e indignados aos comentários de alguns ministros do Supremo Tribunal Federal na sessão de 30 de abril, em relação a um mandado de injunção (833/DF), de autoria do Sisejufe/RJ, que trata da aposentadoria especial dos Oficiais. Ao comentar ter recebido informação de uma associação de Oficiais sobre o assassinato do nosso colega Francisco Pereira Ladislau Neto, o ministro Luiz Fux disse, sem citá-lo nominalmente, que a entidade argumentava que “os Oficiais de Justiça exercem atividade de risco, tanto assim que um Oficial de Justiça do TRT da 1ª Região foi assassinado no exercício de suas funções no município de Barra do Piraí, Estado do Rio”. A informação foi seguida por manifestação do ministro Marco Aurélio Mello, que sorrindo interveio e

disse: “Mas um episódio não leva à conclusão de que o Oficial de Justiça exerce uma atividade de risco. E nós, julgadores, como ficaríamos?”

O ministro Lewandowski, que preside a Corte e já acompanhou o voto favorável da relatora Carmen Lucia no julgamento do MI 833, emendou, no mesmo tom: “Então os motoristas de táxi de São Paulo exercem atividade de altíssimo risco”. A ministra Rosa Weber aproveitou para lembrar “os motoboys, que têm o adicional de periculosidade”. Ao que o ministro Gilmar Mendes arrematou: “No âmbito do serviço público, alguém que exercia a função de motorista de autoridade, Oficial de Justiça ou seja lá o que for e que amanhã se torna juiz agora vai ter uma contagem de tempo especial em função dessa averbação...”

Assistir a esse diálogo, classi-

ficado por Lewandowski como uma “discussão riquíssima”, revelou o quanto os magistrados da mais alta Corte do País desconhecem a nossa realidade. Os Oficiais de Justiça trabalham sozinhos e desarmados. Podem chamar a polícia somente depois de uma resistência ou uma recusa, mas são alvos fáceis de agressões, pois geralmente não levam boas notícias. Representam o Estado apenas com papel e caneta nas mãos, muitas vezes em locais inóspitos e perigosos. Os ministros do STF deveriam saber de tudo isso, mas insistem em nos comparar a motoboys, que entregam encomendas esperadas, ou motoristas de táxi, que podem escolher o horário de trabalho e recusar um passageiro. Esqueceram de mencionar os carteiros, que recebem adicional de risco.

Não, senhores ministros, não queremos usar o assassinato de nosso colega para convencê-los de que exercemos atividade de risco. Não se trata de um episódio isolado. São vários e repetidos casos nos quais o Poder Judiciário, na figura do Oficial de Justiça, é costumeiramente agredido e desrespeitado. E que, em situações extremas, têm como desfecho um assassinato. Não é à toa que temos um dossiê com mais de 250 páginas apenas com casos noticiados nos últimos sete anos.

Diante de tudo isso, dizemos: deixem nossos colegas mortos em paz. Para eles, não haverá aposentadoria especial.

**Neemias Ramos Freire**

Oficial de Justiça Avaliador Federal,  
vice-presidente da AOJUSTRA

Os textos desta seção não refletem necessariamente a opinião do Jornal do Judiciário ou do Sintrajud. Envie para o Departamento de Imprensa do Sindicato a sua colaboração: você pode escrever sobre qualquer tema. Não será aceito conteúdo ofensivo ou discriminatório. Os textos serão publicados por ordem de chegada e devem trazer o nome e uma breve apresentação do autor o tamanho pode variar entre 1.500 e 2.000 caracteres com espaços. PARTICIPE!



# Ministros do STF atacam oficiais de justiça

Supremo volta a adiar votação da aposentadoria especial para o segmento

O plenário do Supremo Tribunal Federal (STF) adiou, novamente, a análise do Mandado de Injunção nº 833, que trata da concessão da aposentadoria especial aos oficiais de Justiça.

No entanto, durante a sessão os ministros fizeram comentários jocosos, com ataques contra os oficiais, insinuando que a atividade não apresenta risco algum.

Em tom sarcástico, o presidente da Corte, Ricardo Lewandowski, comparou as atividades dos oficiais à dos motoristas de táxi de São Paulo que, segundo o ministro, exerceriam uma função de “altíssimo risco”.

A luta dos oficiais de Justiça para

que o STF reconheça sua atividade como sendo de risco, que lhes daria o direito à aposentadoria especial, já dura mais de seis anos. O Mandado de Injunção foi protocolado no STF em junho de 2008.

**Ricardo Lewandowski, comparou as atividades dos oficiais à dos motoristas de táxi de São Paulo**

Nesse período, assassinatos, ameaças e outros atos de violência continuaram a fazer parte do cotidiano dos oficiais, que trabalham sozinhos e são alvos fáceis de agressões.

Em novembro do ano passado, Francisco Pereira Ladislau, oficial da Justiça Trabalhista do Rio de Janeiro foi assassinado durante o cumprimento de um mandado. Ele tinha 25 anos.



## Sintrajud realizará encontro de técnicos em junho

A entidade quer contribuir para o aprofundamento do debate em torno dos pré-requisitos para ingresso na carreira

O Sintrajud realizará no dia 20 de junho um encontro estadual de técnicos do Judiciário Federal, na sua sede. A entidade quer contribuir no aprofundamento do debate em torno da proposta de exigibilidade do curso superior como pré-requisito para ingresso na carreira.

O Sintrajud entende que há um desvio de função entre técnicos e analistas, que, apesar de terem atribuições diferentes nos editais, na prática, exercem as mesmas funções, recebendo salários diferentes.

Hoje, para ingressar na carreira de técnico, o Poder Judiciário exige o

segundo grau completo.

Para debater essa questão, os técnicos realizaram um Encontro Nacional da Fenajufe de Técnicos do Judiciário Federal e MPU, em abril, em Brasília.

O Sintrajud ainda não se posicionou sobre a questão e quer contribuir para ampliação do debate. Os delegados que estiveram presentes no encontro de Brasília, em abril, enfatizam que suas opiniões manifestadas foram pessoais e não baseadas no posicionamento do sindicato. Por isso, considera importante contribuir para ampliação da discussão.

## Indenização de transporte dos oficiais é reajustada

Índice de 3,95% não atende às necessidades do segmento, que usa o próprio veículo para o trabalho diário

O Conselho Superior da Justiça do Trabalho (CSJT) autorizou, na terça-feira (28), reajuste de 3,95% sobre a indenização de transporte paga aos oficiais de justiça pelos Tribunais Regionais do Trabalho (TRTs). Com o reajuste, que equivale a R\$ 58,43, o valor da indenização sobe para R\$ 1.537,89.

Para Lynira Sardinha, diretora do Sintrajud (Sindicato dos Trabalhadores do Judiciário Federal no Estado de São Paulo), o reajuste não atende às necessidades dos oficiais de justiça. “a reposição oferecida é ínfima, não repõem minimamente

os custos com combustível, manutenção, seguro e depreciação de um veículo colocado a serviço da eficiência dos Tribunais”, analisa. “Ademais, os oficiais (de justiça) também trabalham em finais de semana e feriados, ou seja, mais do que os vinte dias úteis que servem de base para o cálculo. Em janeiro de 2005 o valor era de R\$ 1.344,97, em fevereiro de 2013 passou para R\$ 1.479,46. Ou seja, já contabilizamos defasagem há dez anos”, calcula.

*Leia mais detalhes no site do Sintrajud*

## Entidades repudiam autoritarismo no TRE

CSP Conlutas e outras organizações divulgam moção contra decisão da presidência do Tribunal de proibir assembleias no prédio

O Sintrajud vem recebendo apoio de diversas entidades sindicais contra a atitude autoritária e antissindical da presidência do TRE, que no dia 24 de abril proibiu a realização de assembleias no prédio do Tribunal. Uma assembleia convocada para aquele dia, sobre o aumento da jornada de trabalho, teve de ser realizada fora do prédio.

Já enviaram moções de apoio ao Sintrajud e aos servidores do TRE: Sindicato Nacional dos Funcionários do Banco Central (Sinal), Federação Nacional dos Metroviários

(Fenametro), Sindicato dos Trabalhadores nas Indústrias de Alimentação de São Paulo e o Sindicato dos Trabalhadores da USP (Sintusp).

Na reunião ampliada da Fenajufe (dias 16 e 17), uma moção de apoio ao Sintrajud recebeu 94 assinaturas de servidores do Judiciário Federal, representando 26 entidades sindicais da categoria, como Sindjus (DF), Sitraemg (MG), Sisejufe (RJ), Sintrajufe (RS), Sintrajufe, Sindiquinze e Sindjufe (BA).

Veja ao lado a moção divulgada pela Fenajufe:

Nós, trabalhadores do Judiciário Federal e do MPU de todo o país, nos solidarizamos com os servidores da Justiça Eleitoral de São Paulo e repudiamos este ato do presidente do TRE, Antônio Carlos Coltro, que demonstra seu caráter antissindical.

Acreditamos que os servidores da Justiça Eleitoral de São Paulo estão no seu direito de lutar por melhores condições de trabalho.

**- Todo apoio à luta dos servidores do Tribunal Regional Eleitoral de São Paulo!**

**- Pelo fim das ameaças e em defesa do direito à liberdade sindical!**

**- Pela jornada de 6 seis horas!**



# Servidores querem paralisação e greve

Reunião ampliada da Fenajufe aprova calendário que será debatido nas assembleias para enfrentar bloqueio do governo Dilma (PT) aos projetos salariais

Por Hécio Duarte Filho, enviado a Brasília

Os servidores do Judiciário Federal e do Ministério Público da União preparam uma jornada de protestos e paralisações e caminham para greve em resposta ao bloqueio que o governo Dilma Rousseff tenta impor aos projetos salariais da categoria. A reunião ampliada da federação nacional (Fenajufe) aprovou, por unanimidade, indicativos de paralisações e de greve por tempo indeterminado para junho.

As decisões da reunião realizada em Brasília, nos dias 16 e 17 de maio, decorreram de um debate no qual se consolidou a compreensão de que o governo Dilma Rousseff não quer negociar com a categoria, mas impedir que a recomposição salarial seja aprovada. A tentativa do senador Delcídio de Amaral (PT-MS) de levar o projeto de reestruturação salarial do Judiciário Federal (PLC 28) para a Comissão de Assuntos Econômicos do Senado (CAE) foi qualificada como um golpe contra os servidores.

A movimentação do governo, avaliou o encontro, vale tanto para o Judiciário, quanto para o MPU, que devem estar unidos na luta para vencer essa política calcada no chamado 'ajuste fiscal'.

A reunião ampliada reafirmou



Debate consolidou compreensão de que o governo Dilma não quer negociar com a categoria

ainda a participação na luta conjunta dos servidores públicos federais em defesa da data-base e da pauta geral de reivindicações, mas ressaltando que isso não se contrapõe à luta pela aprovação dos projetos salariais específicos (PLC 28, do Judiciário, e PL 7919, do MPU), que são prioritários. Constatada a necessidade de ir às ruas para fazer os projetos avançar, o desafio agora é tirar do papel e pôr em prática o calendário aprovado.

O indicativo aprovado aponta o dia 10 de junho como data limite para início da greve nacional em todos os estados.

## Calendário aprovado

**18 a 26/5** – Rodada de assembleias nos estados;

**20/5** – Caravanas a Brasília e vigília nos estados: pressão sobre a CCJ;

**27/5** – 'Apagão': mobilização/paralisação de 24 horas, com ato nacional no STF e reunião da diretoria executiva da Fenajufe com um representante de cada sindicato.

**29/5** – Participação ativa na mobilização/paralisação convocada pelas centrais e movimentos sociais contra o ajuste fiscal, o PL 4330, as MP 664 e 665, rumo à greve geral;

**2 e 3/6** – Paralisação de 48 horas.

**10/6** – Data limite para ingresso na greve nacional por tempo indeterminado dos servidores e servidoras do Judiciário Federal e MPU

## Pressão se intensifica em vários estados

Servidores fazem ações coordenadas para exigir reposição salarial e rechaçar manobras do governo

Os servidores da Justiça Federal de Ribeirão Preto se vestiram de preto na terça-feira (12) e paralisaram o trabalho durante duas horas, quando se reuniram na frente da JF exibindo faixas e cartazes em defesa do projeto de reposição salarial da categoria.

A mobilização vem acontecendo semanalmente há cerca de dois meses, segundo o servidor Eduardo Fernandes. "Temos conseguido reunir, em média, 70 pessoas, o que dá mais da metade dos servidores que estão trabalhando" calcula.

O "dia de luto" pelas perdas salariais era realizado às sextas-feiras, mas na última semana foi antecipado para se somar à mobilização dos colegas de Pernambuco, que também paralisaram o trabalho nesse dia. O objetivo era pressionar os senadores da Comissão de Constituição e Justiça (CCJ) na véspera da votação do parecer sobre o PLC 28/2015.

### Pernambuco: greves e atos

Em Pernambuco, as atividades para pressionar pela reposição salarial acontecem há cerca de 3 meses. Nesse período, houve duas greves de 24 horas (em 26 de março e em 15 de abril) e dois atos públicos, nas vésperas das sessões em que o projeto entrou na pauta da CCJ do Senado.

"Estamos mantendo o pessoal interessado e mobilizado, mesmo com ações simples, como mandar e-mails para os senadores", conta Laysa Lopes, servidora da JF Recife.

Os servidores também conseguiram reunir 606 assinaturas em uma carta que foi entregue pessoalmente ao desembargador Marcelo Navarro, presidente do TRF da 5ª Região. A ação deu resultado: o desembargador levou a carta à reunião do Conselho da Justiça Federal (27 de abril), quando outros presidentes de tribunais regionais federais também endossaram o pleito dos servidores.



Desde março, servidores da JF de Pernambuco já fizeram duas greves de 24h e dois atos

### Paraná: greve de 48h

No Paraná, os servidores se mantêm em estado de greve desde o início de abril. Eles fizeram paralisação de uma hora em 20 de março, seguida por uma paralisação de duas horas algumas semanas depois.

Na última terça (12) e na quarta-feira (13), os servidores fizeram

greve de 48 horas e se concentraram em frente à sede da JF em Curitiba, com o reforço de caravanas do interior do estado.

"No Facebook e no WhatsApp verificamos o termômetro da mobilização", explica a servidora Nanci Cardoso, da JF Curitiba. "Dá para ver que neste momento o que a categoria quer é greve."

Joana Darc

Divulgação



# Categoria participará do Dia Nacional de Paralisação

Sintrajud quer chamar atenção para os nove anos de congelamento de salários da categoria

Os servidores do Judiciário Federal participarão do Dia Nacional de Paralisação e Manifestações rumo à Greve - um movimento realizado dia 29 de maio, chamado pelas entidades de representação sindical contra o ajuste fiscal do PT e o Projeto de Lei das terceirizações, que impõem perdas aos trabalhadores em geral, atingindo também os servidores. As duas medidas não encontram oposição parlamentar consistente e avançam rapidamente no Congresso Nacional.

A participação foi aprovada em assembleia geral realizada no dia 13 de maio, no Fórum Ruy Barbosa, em São Paulo, e em reunião ampliada da Fenajufe, realizada nos dias 16 e 17, em Brasília.

O Sintrajud quer fazer o debate ampliado, mas também levar a questão do congelamento de nove anos nos salários dos servidores do Judiciário Federal.

A proposta é sensibilizar a opinião pública e buscar apoio das demais entidades sindicais para o PLC 28/2015, que tramita no Senado e enfrenta forte resistência do governo, de senadores petistas e da base aliada.

## Terceirização em pauta

O projeto das terceirizações tramita há 11 anos na Câmara dos Deputados e foi aprovado no mês passado em primeiro turno com folga. Em segunda votação, em razão da mobilização dos trabalhadores e entidades sindicais

deu mais trabalho ao governo Dilma Rousseff (PT), mas também passou e subiu para o Senado Federal, onde mudou de PL 4330/2004 para PLC 30/2015.

O projeto amplia a contratação de mão de obra terceirizada para atividades-fim, o que, em linhas gerais, significa que uma empresa de engenharia poderá contratar mão de obra terceirizada de um engenheiro. Da mesma forma uma montadora poderá terceirizar mão de obra de trabalhador metalúrgico e os bancos, de bancários. Hoje, as atividades-meio podem ser terceirizadas, como limpeza, segurança, transporte, telefonia, informática etc.

Na avaliação dos diretores do Sintrajud, a terceirização não para nas empresas do setor privado, apesar de uma emenda ao projeto, apresentada pela oposição ao governo, ter retirado o serviço público do pacote da terceirização. “Não é porque o serviço público foi retirado que ele está livre da terceirização. Depois de aprovada, a lei pode ser alterada e incluí-lo novamente”, diz Raquel Morel Gonzaga, diretora da entidade. “Não podemos confiar nesse governo ou no congresso. Temos de lutar contra o PL da terceirização.”

Na avaliação dos dirigentes, a precarização dos postos de trabalho e o afastamento do trabalhador da sua base são os mais evidentes resultados da terceirização em qualquer setor.



## Trabalhador paga pelo ajuste fiscal

O ajuste fiscal é um pacote que prevê aprovação das MPs (Medidas Provisórias) 664 e 665 editadas pelo atual governo para contenção de gastos e reequilíbrio das contas.

No discurso do governo, ao contrário de subtrair direitos do trabalhador, o pacote ajusta distorções e evita fraudes, como ser o trabalhador fosse o grande fraudador do sistema e responsável pela malversação do erário público. A MP 664 trata do auxílio doença, amplia para 12 meses o prazo de contribuição ao INSS para que o trabalhador

tenha direito ao benefício. No caso de pensão por morte, a MP restringe benefício a cônjuges que comprovem o tempo de união estável ou casamento de mais de dois anos e contribuição para o INSS por, no mínimo, um ano e meio.

Já a MP 665 aumenta o tempo mínimo de trabalho de seis meses para 18 meses para que o desempregado possa fazer o pedido do seguro desemprego. Ela também altera as regras para o abono salarial, aumentando o tempo de serviço de 30 dias para seis meses para a liberação ao trabalhador.

## EDITAL DE CONVOCAÇÃO DA ASSEMBLEIA GERAL EXTRAORDINÁRIA DO SINTRAJUD

O SINDICATO DOS TRABALHADORES DO JUDICIÁRIO FEDERAL NO ESTADO DE SÃO PAULO – SINTRAJUD/SP, por seus coordenadores, em conformidade com o Estatuto Social da Entidade (artigo 38), faz saber que realizará **ASSEMBLEIA GERAL EXTRAORDINÁRIA, no próximo dia 23 de maio de 2015, a ser instalada às 14h**, em 1ª convocação com a presença de pelo menos metade mais um dos associados quites com a tesouraria e, em 2ª convocação, trinta minutos após, em qualquer número, no auditório do Sintrajud, situado na Rua Antonio de Godoy, nº 88, 15ª andar, Centro, São Paulo/SP – CEP 01034-000.

PAUTA:

1. Informes da Campanha Salarial e calendário de mobilização;
2. Outros assuntos de interesse da categoria.

São Paulo, 18 de maio de 2015.

Inês leal de Castro  
Coordenadora Geral

Maria Angélica Olivieri  
Coordenadora Executiva

## Assembleia do dia 23 discutirá participação no Dia Nacional

Servidores se reúnem no Sintrajud no dia 23; luta contra o ajuste fiscal incluirá exigência de reposição salarial imediata

Os servidores do Judiciário Federal realizam no próximo sábado (23), às 14h, na sede do Sintrajud, uma assembleia geral para planejar sua participação no Dia Nacional de Paralisação e Manifestações Rumo à Greve. O dia de protestos está sendo convocado para 29 de maio por sindicatos e centrais sindicais e tem como objetivo combater o ajuste fiscal e o projeto de lei que amplia a terceirização dos postos de trabalho.

Com os salários congelados há nove anos, os servidores vão incluir na pauta das manifestações a reposição salarial da categoria.

O corte orçamentário com que o governo Dilma Rousseff (PT) pretende garantir o pagamento da dívida pública ameaça a recom-

posição dos salários prevista no PLC 28/2015, em tramitação no Senado. O projeto pode ser aprovado na Comissão de Constituição e Justiça (CCJ) e ir direto ao plenário, mas o líder do governo na Casa, senador Delcídio Amaral (PT-MS), quer remeter o texto para a Comissão de Assuntos Econômicos (CAE).

Com maior controle sobre os senadores da CAE, o governo teria mais facilidade para derrotar o projeto nessa comissão. Além de lutar contra essas e outras manobras no Congresso, a categoria ainda tem de se mobilizar contra qualquer tentativa de veto da presidente ao reajuste salarial. Por isso, a participação nas manifestações contra o ajuste fiscal pode ser decisiva.



# Dilma manobra para CCJ não votar reajuste do Judiciário Federal

Com isso, governo ganha tempo para articular a rejeição do PLC e eventual substituição por outro mais rebaixado

O governo federal conseguiu derrubar a sessão da CCJ (Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania do Senado) de quarta-feira (13) e impediu que o projeto de recomposição salarial dos servidores do Judiciário Federal fosse votado.

A operação contra o PLC 28 foi determinada diretamente pela presidente Dilma Rousseff (PT), após o senador Delcídio do Amaral (PT-MS) informá-la que o projeto estava prestes a ser aprovado na comissão. Líder do governo no Senado, foi o senador petista quem pediu vista na sessão anterior e evitou que ele fosse votado na CCJ.

Também coube a Delcídio coordenar a operação para que a sessão fosse esvaziada e não houvesse quórum.

Ao final, após a confirmação de que não haveria sessão, o senador apareceu e conversou com os servidores. Ele pediu 15 dias para buscar um acordo com o governo em torno do reajuste, mas, para isso, já delineou um cenário no qual o projeto seria remetido, após a CCJ, para a Comissão de Assuntos Econômicos (CAE). Nessa comissão, pela qual o projeto não precisa passar, o Planalto possui total controle da base parlamentar.

O governo parece querer ganhar

tempo para articular a rejeição do PLC 28 e a eventual substituição deste por algo bem mais rebaixado. “Ele não disse, mas ficou implícito que já pensa em alterar o PLC 28”, relata Adilson Rodrigues, coordenador da federação nacional (Fenajufe).

O servidor informa ainda que o senador confirmou que houve uma reunião, de segundo escalão, entre o Planejamento e o STF na terça-feira (12). Nessa conversa, o governo teria sinalizado que o projeto do Judiciário não se enquadra no ajuste fiscal e nem na política salarial que o governo estuda para o conjunto do funcionalismo.

## Restrições no PLDO

A nota do Ministério do Planejamento contra o projeto salarial, divulgada na terça-feira (12), menciona item incluído no projeto de Diretrizes Orçamentárias da União para 2016 que determina que eventuais reajustes salariais têm que se dar com base em recursos proporcionais para cada poder da República. Prevalecendo isso, na prática a LDO tenderia a inviabilizar o PLC 28.

A nota do Planejamento recebeu duras críticas dos servidores por desconsiderar as perdas causadas pela inflação nos últimos nove



Senadores atendem ao governo e esvaziam sessão que votaria PLC 28/2015

anos e estabelecer um impacto orçamentário para o projeto duas vezes e meia maior do que é na realidade. A nota estipula o valor de R\$ 25,7 bilhões como o custo da aplicação do projeto até 2018. O governo se utiliza do parcelamento do reajuste em seis vezes para somar o custo de cada uma das parcelas e chegar ao impacto anunciado com estardalhaço.

“Essa é uma manobra para rebaixar a tabela e parcelar ou, ainda, adiar o reajuste por mais tempo”, acredita. “É uma manobra suja

porque o projeto está tramitando desde 2008, quando Dilma ainda era chefe da Casa Civil, por isso ela não pode alegar desconhecimento. E esse impacto econômico que está sendo alegado pelo governo não existe”, protesta Antônio Melquíades, o Melqui, diretor do Sintrajud.

O diretor analisa que o governo Dilma está continuando com a política de congelamento de salários e fechando o cerco contra o reajuste dos servidores do Judiciário Federal.

## MPOG distorce dados e omite perdas

Ministério desconsidera a corrosão inflacionária nos salários dos servidores do Judiciário e exagera custo do PLC 28/2015

Em documento visivelmente feito às pressas, o Ministério do Planejamento divulgou nota na qual manipula e distorce números e dados para atacar o projeto de lei que reestrutura o plano de cargos e salários dos servidores do Judiciário Federal.

A nota foi elaborada no dia seguinte à reunião da coordenação política no Planalto, na qual o líder do governo no Senado, Delcídio do Amaral

(PT-MS), levou à presidente Dilma Rousseff o “problema” PLC 28/2015, matéria sobre a qual havia pedido vista na semana anterior para evitar que fosse aprovada na CCJ do Senado.

O texto divulgado pelo Planejamento desconsidera as perdas causadas pela inflação nos últimos nove anos. Ao comparar os salá-

rios dos servidores do Judiciário Federal com os do Poder Executivo, escolhe setores com remuneração mais baixa e ignora as tabelas salariais de cargos que exercem funções correlatas no Executivo e no Legislativo.

Os meios de comunicação comerciais assumiram o valor de R\$ 25,7 bilhões como sendo o custo do projeto. A contradição fica evidente, porém, quando se observa que se a proposta fosse aplicada em uma única parcela, o número divulgado pelo governo teria de ser bem inferior – cerca de R\$ 10,5 bilhões.

“As remunerações dos servidores do Poder Judiciário Federal são menores do que as de dezenas de carreiras do Poder Executivo, e muito menores do que as de servidores do Poder Legislativo”, diz

o economista Washington Moura Lima, que assessora o Sintrajud. “Como o PLC 28/2015 prevê um longo parcelamento, mesmo com sua aprovação essa distorção tenderá a permanecer ainda por um longo período.”

O economista comparou o que recebem os analistas do Judiciário e servidores do Executivo que executam funções com graus de complexidade, responsabilidade e nível de escolaridade idêntico (veja no gráfico alguns exemplos).

### Remuneração em início de carreira

Analista do Banco Central

R\$ 15.003,70

Analista da CVM

R\$ 14.989,42

Analista de Infraestrutura

R\$ 11.553,44

Analista Judiciário

R\$ 8.803,98

Fonte: Tabela de Remuneração dos Servidores Públicos Federais Nº 66 - Março de 2015 - MPOG

**Nota feita às pressas foi divulgada no dia seguinte à reunião da coordenação política do Planalto**



# Juízes, servidores e advogados se unem contra a terceirização

Ato reúne Sintrajud e diversas entidades no Fórum Ruy Barbosa para condenar a precarização do emprego

Em 13 de maio, dia em que o país lembrou os 127 anos da Lei Áurea, servidores do Judiciário Federal, advogados e juízes reuniram-se no Fórum Trabalhista Ruy Barbosa para protestar contra a terceirização dos postos de trabalho – apontada como um dos maiores ataques aos direitos dos trabalhadores nas últimas décadas.

Depois de tramitar durante 11 anos, o projeto que amplia a terceirização - PLC 30/2015 (antigo PL 4330/2004) - foi aprovado pela Câmara dos Deputados no mês passado, em meio a protestos em todo o país.

A proposta passou com folga na primeira votação, mas teve margem apertada de votos no segundo turno, graças à pressão popular. O texto agora será analisado pelos senadores.

Os participantes do ato foram

unânimes em apontar a terceirização como uma forma de retirar direitos, precarizar as condições de trabalho e reduzir salários.

Juízes lembraram que a maior parte das audiências realizadas na Justiça Trabalhista envolve empresas terceirizadas.

O projeto também foi condenado como uma ameaça ao serviço público, já que várias atividades do setor público passam a ser terceirizáveis.

Além do Sintrajud, reuniram-se no Ato representantes da Associação Nacional de Magistrados da Justiça do Trabalho (Anamatra), Ordem dos Advogados Brasil (OAB), Associação dos Advogados de São Paulo (AASP), Sindicato dos Advogados do Estado de São Paulo (SASP) e Associação Brasileira de Advogados Trabalhistas (Abrat), entre outras entidades.



Jesus Carlos

13.05.15 - Participantes do ato público leem carta aberta contra a terceirização

## PT barra PLC 28 e corta direitos

Horas após adiar votação do reajuste na CCJ, PT aprova MP que retira R\$ 18 bi de trabalhadores

O Partido dos Trabalhadores foi decisivo em dois momentos no Congresso Nacional na quarta-feira (6), ambos contra trabalhadores: pela manhã, o senador Delcídio do Amaral (PT-MS) atendeu ao governo e pediu vista do PLC 28/2015, que reestrutura o plano de cargos e salários dos servidores do Judiciário Federal. Ao final da noite, poucas horas depois, votou em bloco a favor da Medida Provisória 665, que reduz direitos trabalhistas e atinge duramente os setores mais precarizados, e foi determinante para que a presidente Dilma Rousseff arrancasse uma vitória apertada no Plenário da Câmara.

O Planalto jogou pesado para 'convencer' os parlamentares e aprovar a MP que reduz direitos trabalhistas como o seguro-desemprego, o abono salarial e o seguro-defeso. O líder do governo, José Guimarães (PT-CE), disse da tribuna que o governo saberia "reconhecer" os parlamentares que apoiaram a medida. Foi acusado de distribuir cargos para aprovar o texto-base da MP. O placar foi apertado: 252 votos a 227.

Os deputados do PT, PCdoB e PMDB foram decisivos e votaram em peso pela redução de direitos: 54 votos a favor e um contra, do deputado Weliton Prado, de Minas Gerais – outros nove parlamentares do partido não compareceram.



Gustavo Lima/Câmara dos Deputados

Trabalhadores jogavam notas de dólares com efígies da presidente Dilma Rousseff e do ex-presidente Lula

### MP 664 também passa

Na semana passada, os deputados federais aprovaram a Medida Provisória 664, que acaba com a pensão vitalícia para todos os casos de morte de cônjuge ou companheiro que contribua para a Previdência Social.

A mudança atinge a todos os trabalhadores – do setor privado ou público –, mas, estatisticamente, prejudicará mais às mulheres. O direito à pensão é condicionado à idade do beneficiado e à expectativa de sobrevivência dele.

Pelos dados de hoje, a pensão fica limitada a três anos para pensionistas com até 21 anos de idade; a seis

anos para quem tiver de 21 a 26 anos; a dez anos para a faixa etária de 27 a 29 anos; a 15 anos para de 30 a 40 anos; e 20 anos para de 41 a 44 anos. E só segue vitalícia para quem possuir 44 anos ou mais à época da morte do cônjuge.

O governo agora tenta aprovar a MP no Senado Federal. Para contornar ameaças de rebelião na base aliada, o Planalto teria acionado ministros para pressionar deputados e promovido farta distribuição de cargos. Deputados do PT e do PCdoB, que criticavam a medida, votaram em grande maioria a favor do ataque aos pensionistas.

Companheiros (as) Oficiais de Justiça,

O Núcleo dos Oficiais de Justiça do Sintrajud tem o prazer de convidá-los (as) para participar da reunião do mesmo, dia 28/05/2015 (5ª feira), às 14h30, no auditório do SINTRAJUD/SP (Rua Antonio de Godoy, nº 88 – 15º andar). Essa reunião terá como pauta os seguintes temas:

1. Mobilização pelo reajuste da indenização de transporte;
2. Participação dos OJAFs nas mobilizações e na campanha salarial (Greve) do Judiciário;
3. Condições de trabalho dos OJAFs e o assédio moral ;
- 3.1. Condições de trabalho na CEUNI em razão de defasagem de oficiais e adequação de mandados;
- 3.2. Participação no IV ESOJAF, encontro regional sudeste no Rio de Janeiro, nos dias 12 e 13 de junho 2015;
- 3.3. Participação no CONOJAF, Congresso Nacional dos Oficiais de Justiça nos dias 2 a 5 de Setembro de 2015;
4. Cumprimento de conduções coercitivas;
5. Centrais de Mandados da Justiça Federal;
6. Aposentadoria especial e porte de arma;
7. Avaliação da Integração com os OJAFs ocorrida no dia 15, e preparação da outra integração que será no dia 29;
8. Outros assuntos de interesse dos OJAFs.

São Paulo, 18 de Maio de 2015.

Erlon Sampaio de Almeida  
Diretor Executivo e Coordenador do Núcleo dos OJAFs

Lucas José Dantas Freitas  
Diretor Executivo Sintrajud

Neemias Ramos Freire  
Coordenador do Núcleo dos OJAFs



# Professores dão aula de luta nas ruas de 5 estados

Categoria quer reajuste salarial e melhores condições de trabalho; governos do PSDB respondem com truculência e intransigência em SP e PR

Daniel Castellano



29.04.15 - Professores do Paraná são duramente reprimidos durante manifestação pacífica

Em campanha salarial, professores de cinco estados permanecem em greve e dão uma aula nas ruas, ensinando que só a luta arranca vitória.

As greves acontecem nos esta-

dos de São Paulo, Santa Catarina, Pará, Sergipe e Paraná, e nas capitais Brasília (DF), Macapá (AP) e Goiânia (GO). No Paraná, os professores retomaram no dia 25 de

abril a greve suspensa em março.

O movimento é uma resposta à postura do governo Beto Richa (PSDB), que descumpriu vários pontos do acordo fechado naquele momento. No entanto, o governador continua respondendo à luta dos professores com truculência e repressão. A categoria está em luta contra a tentativa do governo em atacar a previdência dos servidores.

Em São Paulo, a greve já dura mais de dois meses e enfrenta boicote da mídia e intransigência do governo. A negociação entre a Apeoesp e a Secretaria de Educação segue com um impasse: o governo se nega a conceder reajuste salarial e a proposta ainda é de aumento zero.

As assembleias da categoria acontecem semanalmente e têm resultado em grandes manifestações, com milhares de pessoas nas ruas de São Paulo. É uma forte demonstração de

resistência aos ataques e à intransigência do governo Alckmin (PSDB).

As greves, em geral, acontecem em razão dos baixos salários, precarização de direitos, salas superlotadas, falta de materiais básicos nas escolas, como giz ou papel higiênico, são alguns dos graves problemas que fazem parte do dia a dia da categoria. Essa situação afeta de forma profunda a qualidade de ensino no país.

Os governos se negam a garantir o mínimo que é o reajuste aplicado ao piso nacional dos professores, de 13,01%.

“Os professores do país inteiro estão dando um exemplo de luta. Agora é hora de unificar as reivindicações e lutas de todos os trabalhadores para barrar os ataques do governo federal aos nossos direitos”, afirma a diretora do Sindicato Raquel Morel de Gonzaga.

## “Pátria Educadora” de Dilma não tem dinheiro para educação

O governo passou a tesoura no orçamento das áreas sociais e a educação foi a mais atingida

Antônio Cruz - Agência Brasil

As greves que tomam conta do país são uma demonstração de que a educação pública brasileira vive um momento de colapso.

No discurso de posse, Dilma Rousseff anunciou que a prioridade do governo seria a educação e declarou que o lema do governo seria: “Brasil: Pátria educadora”. No entanto, os cortes na educação viraram regra geral, seja em nível federal ou estadual. Já no início do mandato, o corte foi de R\$ 7 bilhões do orçamento do Ministério da Educação e um contingenciamento de 30% das verbas das universidades federais.

O corte causou pânico nas Universidades, com atrasos de salários dos funcionários terceirizados, cortes de bolsa, dentre outros problemas.

Os cortes também afetaram os programas do governo. A pior situação foi relacionada ao FIES (Fundo de Financiamento Estu-

dantil). Alegando falta de verbas, o MEC modificou as regras do fundo. O resultado foram filas quilométricas nas universidades e uma redução de 90% nas matrículas em relação a 2014.

A presidente do Sindicato Nacional dos Docentes do Ensino Superior (ANDES), Marinalva Oliveira, é contra programas como o Fies, Pronatec e ProUni destinam dinheiro público para iniciativa privada. “Se o governo investisse todo esse dinheiro na educação pública, teria condições de gerar muito mais vagas de qualidade. O Fies, por exemplo, é uma política incerta porque, na hora que o governo resolve tirar, deixa milhões de jovens sem saber como continuar a faculdade”, afirma.

### Greve Nacional da Educação

A onda de greves nos estados também tomou conta dos profes-



Dilma Rousseff (PT) prometeu fazer uma “Pátria educadora”, mas ajuste fiscal atingiu em cheio a educação

ssores universitários. Os professores das Instituições Federais de Ensino aprovaram deflagração da greve a partir do dia 28.

“Nossa greve é por reestruturação da nossa carreira e mais investimento na educação, que-remos mais concurso público

para professores e para técnicos e condições adequadas para ensino, pesquisa e extensão”, afirma a presidente do ANDES, Marinalva Oliveira.

Já as universidades estaduais paulistas, o indicativo de greve é para o dia 1º de junho.



**Jornal do Judiciário**



Órgão Oficial do Sindicato dos Trabalhadores do Judiciário Federal no Estado de São Paulo

Diretoria: Antonio dos Anjos Melquiades (Melqui), Cleber Borges de Aguiar, Elizaldo Veríssimo da Silva, Ênio Ferreira Mathias, Erlon Sampaio de Almeida, Flávio Conrado Junior, Inês de Castro, João Carlos Carvalho da Silva, Jorge Henrique Jacyntho Aristóteles, Lucas José Dantas Freitas, Lynira Rodrigues Sardinha, Maria Angélica Olivieri, Maria Helena Garcia Leal, Maurício Rezzani, Raquel Morel Gonzaga, Romeu Egydio Natal Meirelles, Salomão Sousa Ferreira

Sede: Rua Antonio de Godoy, 88 - 16º and. - São Paulo / SP - CEP 01034-000 - Tel.: (11) 3222-5833 - Fax: 3225-0608 - Email: sintrajud@sintrajud.org.br  
Subsede Baixada Santista: Rua Adolfo Assis, 86 - Vila Belmiro - CEP 11075-360 - Tel.: (13) 3238-3807 Santos/SP - Email: sintrajudsantos3@gmail.com

Editora: Edna Pinson | Jornalistas: Hélio Batista Barboza e Shuellen Peixoto | Colaboração: Hélio Duarte Filho | Diagramação: Roberto Lima | Tiragem: 12.500 exemplares

